



PINTASSILGO, Joaquim e M. Isabel FREIRE FERREIRA (organizadores). *Casimiro Freire: O Republicanismo e a Instrução Popular*. Lisboa: Edições Colibri, 2020, 234 pp. ISBN – 978-989-689-998-1

Esta obra é o último vértice de um triângulo construído em torno do resgate da memória de um republicano visionário que não se acomodou na vida tranquila que os seus negócios lhe permitiram durante uma parte significativa da sua vida, mas ousou inverter a inércia de um destino marcado pelo analfabetismo, com um protagonismo utópico e generoso em prol da instrução popular.

Na sequência de um colóquio que serviu para mobilizar investigações em torno da sua figura e de uma Exposição itinerante que privilegiou o seu papel como Fundador das Escolas Móveis, esta obra

era a peça que faltava para nos ajudar a conhecer uma personalidade que marcou uma época, conseguiu mobilizar vontades, permitiu-se ser generoso, mesmo quando a vida se tornou mais adversa, liderou processos e movimentos que romperam com uma “sociedade portuguesa que se achava enferma de quatro doenças: egoísmo, indiferentismo, estrangeirismo e governamentalismo” (Casimiro Freire, 1892).

Contra o egoísmo procurou no seio de comunidades políticas, ideológicas, económicas ou educativas evidenciar a força do coletivo, mas paralelamente, a necessidade de o individual “opinar” de forma adulta e consistente e para isso, não é possível “ser verdadeiramente homem sem saber ler” (João de Deus).

Casimiro Freire (1843-1918), membro de uma família numerosa, nasceu em Pedrógão Pequeno, vila do concelho da Sertã, situada no centro de Portugal. Abandonou ainda novo a sua terra natal e fixou-se em Lisboa como aprendiz de marçano. Aí tem um primeiro contacto com o associativismo operário, ainda muito de carácter mutualista e solidário, mas foi também aí que despertou o seu interesse para aprendizagens literárias e políticas de forma autodidata. De guardalivros a “negociante de prestígio na praça de Lisboa” empenhou-se na vida política, aparecendo como membro fundador do Centro Republicano de Lisboa em 1876. Daí até membro do diretório do Partido Republicano Português foi um passo óbvio, dado o seu cariz empenhado, voluntarista e generoso. Vai ser na participação na imprensa (por exemplo no *Democracia* ou em *O Século*) que vamos encontrar muito do seu pensamento em torno da instrução, da “chaga do analfabetismo”, da necessi-

dade de uma mobilização nacional, mas também na aposta em medidas concretas para poder passar da escrita à prática. É precisamente no método de ler, escrever e contar que o vamos encontrar na trincheira de João de Deus, tornando-se um adepto intransigente dessa metodologia nacional de incentivar a alfabetização, de forma consistente, fácil e rápida, porque era urgente ultrapassar as taxas vergonhosas de analfabetismo em Portugal. Seria um primeiro passo de uma obra incomensurável que criou, liderou e generalizou e que foi a “Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus” (mais tarde, em 1908, “Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-escolas”). O folheto que escreve em 1897 — “A Instrução do Povo e o Método João de Deus” — é um texto mobilizador, enaltecendo as potencialidades futuras das missões das escolas móveis, mas também um primeiro balanço do sucesso da Associação que tinha criado em 1882.

Para um melhor conhecimento do seu trajeto republicano, mas sobretudo do seu percurso de filantropo da instrução popular e cidadão preocupado com a ignorância do povo, numa altura onde se tornava cada vez mais urgente uma participação cívica empenhada e esclarecida, um conjunto de investigadores portugueses resolveram, por altura do centenário da sua morte, resgatar o esquecimento a que esta figura foi votada no panorama da educação em Portugal. As três iniciativas que corporizaram essa preocupação — a exposição, o colóquio e agora o livro — apresentaram-se como peças desafiadoras de novas incursões investigativas, identificadas agora mais fontes ainda pou-

co exploradas ou temáticas comparativas com movimentos da mesma altura — por exemplo o Movimento da Educação Nova, tema central deste número da Sarmiento — permitindo densificar o conhecimento e o sentido de intervenção de um prosélito da alfabetização e de um método exclusivamente nacional.

Falemos então agora de uma dessas peças — o livro editado em 2020 com organização de Joaquim Pintassilgo e M. Isabel Freire Ferreira. Antes de entrarmos um pouco no seu conteúdo, releve-se desde já a perspectiva epistemológica que ele nos consagra na área da História da Educação.

Primeiro porque identifica um conjunto de fontes, ainda pouco exploradas (por exemplo a correspondência epistolar) que podemos hoje ler à luz das redes de contactos que foi mantendo para afirmação e consolidação das suas ideias e do seu projeto.

Depois porque nos traz zonas cinzentas de conhecimento que era importante iluminar para conhecermos o que um homem é capaz de fazer, por vezes muito sozinho, outras vezes pregando no deserto, outras ainda colocando tudo o que tem (e não tem) ao serviço de uma causa em que efetivamente acredita. Esta linha dá um sentido de intemporalidade à sua mensagem e instiga-nos e inquieta-nos perante a dimensão de problemas que nós julgamos inultrapassáveis.

Terceiro porque interpela para uma conciliação e complementaridade entre a micro, a meso e a macro história, desde a singularidade dos protagonistas, à adesão ou distanciamento dos movimentos (políticos, sociais, culturais, educativos ou

mesmo religiosos) em que se inserem, até às preocupações de regimes como o republicano que fazendo do analfabetismo um “cavalo de batalha” contra a Monarquia Constitucional, muito pouco fez nos 16 anos de vigência, mesmo considerando que “o Homem vale sobretudo pela Educação que possui”, como gostavam de afirmar e plasmar em decretos como o de março de 1911.

Quarto porque nos traz já importantes trabalhos académicos, e não só, sobre o período em que se inscreve Casimiro Freire, permitindo-nos cruzar olhares mais densos, como por exemplo as teses de doutoramento de Isolina Alves Pereira (1998) - *História de um paradigma: O método de João de Deus e as escolas móveis* — ou de Cecília Varela Chá-Chá (2016) — *A Pedagogia de João de Deus e seus continuadores: de 1877 aos nossos dias* -, ou a de mestrado como a de Ester Esteves (2008) — *Alfabetização e educação de adultos: um percurso de 1910 a 1926. Das intenções políticas às medidas concretas* -, com outras mais holísticas e gerais de inserção do particular no geral como a obra-síntese de um excelente projeto de investigação coordenado por Joaquim Pintassilgo e intitulado — *Roteiros da inovação pedagógica: Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX*, editado em 2019. Nesta obra é possível observarmos de forma muito clara a intemporalidade de de projetos e ideias.

São estas virtualidades e potencialidades que devemos ter presentes quando olharmos e lermos os diferentes contributos que a obra aqui recensada nos traz. Se ela sintetiza perspectivas de autores que tomaram a época e o protagonista como tema, permite-nos também deixar pistas

importantes de conhecimento sobre temas menos ventilados na historiografia da educação portuguesa.

Desde logo, o texto de Aires Henriques transporta-nos até essa dimensão do benemérito, do militante, do visionário que aposta em João de Deus e na sua Cartilha Maternal para “criar homens livres”, na amizade de pessoas que com ele sintonizam (Magalhães Lima, José Jacinto Nunes, Joaquim da Silva Graça, entre muitos outros), no associativismo das Escolas Móveis, na filantropia e no mecenato pela instrução popular. Mas também no homem resiliente na sua vida pessoal de empresário e simultaneamente atento à escala nacional (veja-se a sua intervenção na *Salamancada* — projeto megalómano para concretizar a ligação ferroviária do Porto a Salamanca, através de Barca d’Alva e contra o qual se manifestou) e local (contribuindo para a alfabetização em Pedrógão Pequeno). Um alerta nos deixa para melhor conhecermos as “estreitas relações com ilustres maçons” e de que forma o seu projeto cruza e entronca no objetivo central da Maçonaria que era “o desenvolvimento intelectual da humanidade para a livrar de preconceitos e das tiranias religiosas e políticas” no dizer de Borges Grainha (p. 27). Casimiro Freire proclamava de forma convicta que “se os republicanos, enérgicos e de ação, austeros e sem mácula, podem tomar a direção do Partido — começando por expulsar os ‘vendilhões do templo’ — que o façam se ainda é tempo de salvar a nacionalidade portuguesa do abismo a que foi levada pelos devassos da monarquia” (p. 35). Vê-lo percorrer o país em comícios ao lado de Sebastião Magalhães Lima ou a criar a “almejada ‘Escola Nacional’ sob a deno-

minação de ‘Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus’ com o fim de ensinar a ler, escrever e contar (por este) método de admirável rapidez os indivíduos que o solicitarem” (p. 35) será conseguirmos consolidar diferentes patamares de conhecimento sobre uma personalidade do seu tempo, mas invulgar, porque pioneira.

“Um Arquivo, múltiplas Vozes”, que a Elsa Rodrigues nos traz, revela-nos a sua dimensão epistolar e esta a sua rede de amigos — “ao longo da sua vida correspondeu-se com 170 pessoas” (p. 69) — numa dimensão heterogénea que vai dos empresários de cereais, aos políticos que a ele recorrem para produção legislativa sobre o tema cerealífero (em 1887 fez parte da comissão que regulamentou a primeira lei dos cereais, propondo, então, o manifesto da produção de trigo, que só em 1916 foi exigido” - p. 74), dos colegas da Associação Comercial aos educadores e pedagogos presentes nas Conferências Pedagógicas de 1885 (onde procurou atualizar-se e complementar a sua formação autodidata). Assume particular destaque a correspondência com os professores que no terreno procuravam implementar a instrução popular, mas também outros empresários que procurou mobilizar para a causa das Escolas Móveis (por exemplo Francisco Grandella). No caso dos professores, procurava acompanhar com rigor “o registo da frequência dos alunos, o seu aproveitamento ao longo da missão, e informação relativa à aprovação ou reprovação no exame final, assim como a ata do referido exame” (p. 91). Este texto de Elsa Rodrigues traz-nos também as clivagens com o Partido Republicano, em particular no caso do pre-

enchimento das cadeiras livres, por falta de professores, a membros do clero. Para Casimiro, a instrução era mais importante do que os “pruridos laicistas” dos seus correligionários republicanos que chegam a querer compromete-lo (p. 103). Mas, a autora, evidencia também o papel da correspondência como “lugar de memória, sociabilização, rede intelectual de ideias e de debates” (P.119) e, nesse sentido, alerta os futuros investigadores para enfoques que será importante privilegiar em futuros estudos.

O escrito de Joaquim Pintassilgo e Alda Namora traz uma dimensão que o inscreve no seio do republicanismo, mas também do pensamento pedagógico de matriz generosa e utópica. A passagem regenerativa das “trevas à luz” tornou-se mais complicada do que a visão pragmática de Casimiro Freire podia supor e daí ser visível, também, algum desgaste e desilusão: “a nossa atual burguesia é beata, devassa, ignorante, estúpida. O povo analfabeto quer vinho, touros e cirios. A fidalguia quer pandega em Cascais” (carta de 13-09-1902). Preocupa-o que Portugal seja “um país incapaz de lutar no conflito moderno da civilização” (1917) face à elevada taxa de analfabetismo. Esse desencanto não o impede de insistir em projetos novos — jardins escola João de Deus — e no alargamento da rede de instrução popular, evidenciando também algum desconforto em relação à escola tradicional, nesta altura já bastante criticada pelo movimento da Educação Nova. É também neste capítulo que melhor ficamos a conhecer o seu pensamento “impregnado pelo positivismo republicano” (p.134), a sua frontalidade e impaciência com “as oligarquias conservadoras [que] para melhor o explorarem

têm conservado o povo na mais completa ignorância” (p.135) e a sua proximidade com o movimento contestatário da “escola tradicional”. Neste sentido, “manifesta-se contra o apelo à memorização, ao culto do conformismo ou à ausência de liberdade e de pensamento crítico que ele sintetiza por via da fórmula ‘conservantismo’” (p.141). No *Boletim de propaganda*, ano VII, de 1916, não podia ser mais claro: “O maior inconveniente da nossa maneira de educar, tal como se pratica geralmente, é o de não dar elasticidade à inteligência. (...) Põe-se o cérebro num molde, insiste-se em que a criança deve aceitar; não se estimula o pensamento nem o raciocínio original e espera-se mais da memória que da observação. O exercício de pensar devia começar nos primeiros anos e pode ser despertado e dirigido pondo a inteligência em contacto com as cousas que existem” (p.141). Não podemos deixar de constatar a sintonia de pensamento pedagógico e didático com o movimento que começava a criar raízes e que se irá definitivamente afirmar com a criação da Liga Internacional da Educação Nova em 1921 que teve importantes figuras portuguesas a ela associada.

A partilha de Cecília Varela Chá-Chá, autora que investiu no seu doutoramento o estudo destas temáticas, leva-nos a conhecer melhor um método pelo qual Casimiro Freire também lutou. Percebe-se melhor o cruzamento entre os “fundamentos teóricos e práticos da pedagogia de João de Deus” e o Movimento das Escolas Móveis. Ao conhecermos a “estrutura e os aspetos didático-pedagógicos da *Cartilha Maternal*, da *Arte de Escrita* e da *Arte de Contas*” compreendemos o empolgação de um pragmático face à urgência

de baixar significativamente a curva do analfabetismo. Mas entendemos também melhor a sua grande preocupação com a formação de professores para estes métodos que rompiam com os “normalistas” instalados no seu espaço de conforto pedagógico e didático e resistentes a esta significativa mudança na arte de ensinar a ler e a escrever. Uma das frases finais do seu texto, espelha esta comunhão de visões entre dois furiosos adeptos da instrução popular: “se João de Deus criou um método para emancipar a criança da servidão escolar e o povo da servidão política e social, Casimiro Freire contribuiu para que ele fosse amplamente valorizado e aplicado nas missões das Escolas Móveis” (p.178).

Carlos Manique revisita no seu contributo a “origem, desenvolvimento e sentido histórico das Escolas Móveis”. Trazendo-nos dados estatísticos sempre importantes para nos apercebermos da dimensão do movimento, interpela-nos para um mergulho mais profundo e mais consistente num tema “que não tem sido privilegiado pela historiografia” (p.185). A surpresa de ainda continuarmos devedores do estudo de Salvado Sampaio transporta-o para uma agenda de investigação que terá forçosamente de incorporar a cartografia das missões, o tipo de formação desses professores, a dimensão quantitativa dos “atingidos” e dos “beneficiados”, a forma política como este assunto foi (des)tratado, à revelia do que era o suposto grande objetivo do republicanismo: acabar com a pior herança que a monarquia constitucional legou — o analfabetismo. E deixa-nos um último desafio: “Interessa, por exemplo, perceber a influência que os caciques tiveram na definição dos locais

das 'missões'. (...) Em que medida a localização das escolas móveis respondeu às reais necessidades das populações?". Pode ficar a pergunta para os investigadores, mas fica também a importância do contributo de alguém que olhou para esta aposta como um caderno de encargos cívico – Casimiro Freire.

Não podia terminar melhor este livro do que regressando ao ponto de partida. Marta Martins leva-nos de novo até à "região-berço de Casimiro Freire" e nesta última "viagem literária" traz-nos indicações importantes sobre os locais das 64 missões realizadas entre 1882 e 1919 em 12 concelhos e que tiveram "3474 alunos inscritos e 1669 alunos examinados" (p.214). A sua conclusão, é mais uma evidência do papel insubstituível de Casimiro Freire e do seu movimento: "praticamente metade (48%) dos alunos que frequentaram as missões nesta região cumpriram o objetivo de aprender a ler, escrever e contar". Podemos descortinar aqui "o dinamismo, determinação e espírito aguerrido" (p.203) que tornaram possíveis muitas das missões implementadas. Mas podemos também verificar as ramificações que o movimento das "missões das Escolas Móveis" trouxe a um interior sempre esquecido. Aberturas de estradas, edificação de pontes, iluminação pública, abastecimento de água potável, adaptação de edifícios foram algumas das melhorias que as Câmaras tiveram de promover, seja pela necessidade de tornar mais fluido o acesso aos espaços educativos das missões, seja por pressão de populações que viam na instrução um meio excelente de quebrar o isolamento individual com a leitura e a escrita, mas também como uma competência que lhes poderia assegurar

um outro nível de vida e a possibilidade de aproveitamento de novas oportunidades, sociais e económicas. Se atendermos que "houve quatrocentas e oitenta e sete missões das escolas móveis não oficiais desde novembro de 1882 até agosto de 1921, atravessando os limites de Portugal continental, estendendo-se pelas Ilhas Adjacentes, Brasil e África portuguesa, num total de 28 656 alunos inscritos e 12 515 apurados nas provas" (p.214) e se soubermos que o desaparecimento físico de Casimiro Freire é de 1918, então podemos, mais uma vez, constatar o papel que as ideias boas têm, já que elas ficam e multiplicam-se muito para lá da existência dos seus autores. Mas também é verdade, que poucos autores têm o privilégio de, no seu tempo, serem pioneiros e visionários e, depois, mesmo passados cem anos, serem merecedores de uma obra tão rica e diversificada, também ela instigadora de futuras incursões.

Uma nota final para a riqueza da partilha de fontes que todos os capítulos nos trazem, identificando arquivos, bibliotecas e obras que necessitam de ser visitadas e exploradas; para as múltiplas citações que nos trazem o pensamento na primeira pessoa, permitindo-nos chegar mais perto da personalidade tratada; para a excelente simbiose entre o tratamento da sociedade portuguesa nacional e a sua articulação com as prioridades locais.

Num espectro ainda mais amplo, dados importantes para melhor compreendermos a alfabetização e a aculturação escrita nas sociedades moderna e contemporânea (como nos chama a atenção Justino Magalhães no Prefácio do livro), para melhor entendermos as potencialidade do "Método João de Deus" e para o caráter inovador

das suas 35 lições “para alfabetizar um soldado” (p.12), da capacidade de adaptação às realidades por parte da Associação das Escolas Móveis (utilizando apenas 32 lições), mas também para a intemporalidade de ideias e iniciativas que chegaram até aos nossos dias como é o caso dos Jardins-Escola João de Deus, um dos temas tratados no “Roteiros da inovação pedagógica” (obra já referida).

Quantos mais Casimiros precisávamos para efetivamente tratarmos a “chaga do analfabetismo”?

Se essa floresta de filantropos não existiu, na medida em que Portugal necessitava nesse início do século XX, o tratamento, nesta obra, da árvore que foi Casimiro Freire, faz alguma justiça a alguém que em boa hora os autores souberam resgatar de um injusto esquecimento.

Luís Alberto MARQUES ALVES
Faculdade de Letras,
Universidade do Porto